

## SUMÁRIO

LEI Nº 7.210/1984.....	2
LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	2
ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	2
O CONSELHO PENITENCIÁRIO .....	3
ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO PENITENCIÁRIO .....	4
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL .....	5
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO LOCAL.....	6
ATRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO LOCAL .....	6
REQUISITOS DO DIRETOR DO ESTABELECIMENTO PENAL .....	7

# LEI Nº 7.210/1984

## LEI DE EXECUÇÃO PENAL

### CAPÍTULO IV

#### DO MINISTÉRIO PÚBLICO

*Art. 67. O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução.*

*Art. 68. Incumbe, ainda, ao Ministério Público:*

*I - fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento;*

*II - requerer:*

*a) todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;*

*b) a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução;*

*c) a aplicação de medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;*

*d) a revogação da medida de segurança;*

*e) a conversão de penas, a progressão ou regressão nos regimes e a revogação da suspensão condicional da pena e do livramento condicional;*

*f) a internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior.*

*III - interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.*

*Parágrafo único. O órgão do Ministério Público visitará mensalmente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.*

### ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A CF/88, art. 127, caput, define o Ministério Público:

(...) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Ministério Público no processo penal atua como parte e também como fiscal da ordem jurídica (fiscal da lei), ocorre o mesmo na execução penal em que prepondera sua atuação como fiscal da ordem jurídica.

Portanto, ao Ministério Público cabe a fiscalização da execução da pena e da medida de segurança, desde o início até o final do processo executório, oficiando em todos os seus atos processuais e administrativos. Deve ser notificado de todos os atos judiciais e administrativos.

A LEP exige a prévia manifestação do Ministério Público nos pedidos de progressão de regime, livramento condicional, indulto e de comutação de penas.

As principais atribuições do promotor de Justiça na execução penal são as seguintes: zelar pelo correto cumprimento da pena, pela integridade física e moral dos presos, pela individualização do cumprimento da pena, de acordo com a idade, o sexo e a natureza do delito; inspecionar mensalmente os estabelecimentos penais; fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e internação; bem como promover a defesa e a garantia dos direitos humanos dos presos.

O Ministério Público tem uma responsabilidade particularmente importante na prevenção de abuso de autoridades, tortura e outras formas de maus-tratos que possam ocorrer dentro dos estabelecimentos prisionais, devendo investigar tais atos e buscar a punição dos responsáveis. A pessoa sujeita a qualquer forma de detenção ou prisão deve ser tratada com humanidade e com respeito inerente ao ser humano.

### **TJSP**

«Agravado em execução. Interposição pelo Ministério Público contra decisão que concedeu ao sentenciado progressão ao regime aberto, sem a manifestação do órgão ministerial. Nulidade. A participação do Ministério Público no processo de execução é decorrente de expressa disposição legal. Recurso provido.»

## **CAPÍTULO V**

### **DO CONSELHO PENITENCIÁRIO**

*Art. 69. O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.*

*§ 1º O Conselho será integrado por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade. A legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento.*

*§ 2º O mandato dos membros do Conselho Penitenciário terá a duração de 4 (quatro) anos.*

## **O CONSELHO PENITENCIÁRIO**

O Conselho Penitenciário é um dos órgãos mais importantes da execução penal. É composto por membros nomeados pelo Governador do Estado e do Distrito Federal, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, além de representantes da comunidade.

Podem compor o Conselho Penitenciário, dentre outros profissionais, os Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, Delegados de Polícia, Advogados, Professores Universitários e psicólogos judiciários.

Também podem integrar o Conselho os membros da comunidade, mesmo que não sejam da área jurídica, visando, com isso, ser um órgão composto pelas diversas camadas da sociedade, que é a maior interessada na ressocialização do sentenciado.

O Conselho Penitenciário é um órgão **consultivo e fiscalizador** do correto cumprimento da pena e da medida de segurança, cabendo-lhe zelar pelos interesses da sociedade, dos sentenciados e mesmo dos egressos.

**O mandato dos membros do Conselho Penitenciário é de quatro anos e não é vedada a recondução.**

*Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário:*

*I - emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso; [\(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)*

*II - inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;*

*III - apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;*  
*IV - supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.*

## ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO PENITENCIÁRIO

O rol presente no Artigo é **EXEMPLIFICATIVO**.

As atribuições dos Membros do Conselho Penitenciário, previstas na LEP são:

- emissão de parecer para a concessão de livramento condicional (LEP, art. 131);
- representação para a revogação do livramento condicional (LEP, art. 143);
- emissão de parecer sobre a suspensão do livramento condicional (LEP, art. 145);
- representação para a extinção da pena privativa de liberdade em decorrência do fim do prazo do livramento condicional (LEP, art. 146);
- proposta de modificação das condições da suspensão condicional da pena (LEP, art. 158, § 2º);
- inspeção do cumprimento das condições da suspensão condicional da pena (LEP, art. 158, § 3º);
- suscitação do incidente de excesso ou desvio (LEP, art. 186, II);
- proposição da anistia (LEP, art. 187);
- provocação da graça (LEP, art. 188);
- proposta do procedimento judicial (LEP, art. 195).

O Presidente do Conselho Penitenciário é responsável pela realização da cerimônia do livramento condicional e a leitura da sentença concessiva do livramento.

Uma das importantes funções do Conselho é a fiscalização da execução da pena. Fará elaboração de um **relatório no primeiro trimestre de cada ano** e se referirá aos trabalhos realizados no exercício anterior.

### STJ

«[...] 2. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento reiterado de que não se exige a prévia oitiva do Conselho Penitenciário para fins de concessão do livramento condicional, segundo a nova redação do art. 112 da LEP dada pela Lei 10.792/2003. Precedentes. 3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para cassar o acórdão impugnado, restabelecendo a decisão de primeiro grau que deferiu ao paciente o benefício do livramento condicional.»

## CAPÍTULO VI

### DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS

#### SEÇÃO I

##### Do Departamento Penitenciário Nacional

*Art. 71. O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária*

*Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.*

## DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é subordinado ao Ministério da Justiça.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

O **DEPEN** é responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de: presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública; réus colaboradores presos ou delatores premiados.

*Art. 72. São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional:*

*I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional;*

*II - inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;*

*III - assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei;*

*IV - colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;*

*V - colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.*

*VI - estabelecer, mediante convênios com as unidades federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar.*

*(Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003)*

*VII - acompanhar a execução da pena das mulheres beneficiadas pela progressão especial de que trata o § 3º do art. 112 desta Lei, monitorando sua integração social e a ocorrência de reincidência, específica ou não, mediante a realização de avaliações periódicas e de estatísticas criminais.*

*(Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018)*

*§ 1º Incumbem também ao Departamento a coordenação e supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.*

*(Redação dada pela Lei nº 13.769, de 2018)*

*§ 2º Os resultados obtidos por meio do monitoramento e das avaliações periódicas previstas no inciso VII do caput deste artigo serão utilizados para, em função da efetividade da progressão especial para a ressocialização das mulheres de que trata o § 3º do art. 112 desta Lei, avaliar eventual desnecessidade do regime fechado de cumprimento de pena para essas mulheres nos casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.*

*(Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018)*

## SEÇÃO II

### Do Departamento Penitenciário Local

*Art. 73. A legislação local poderá criar Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer.*

## DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO LOCAL

É facultado aos Estados e Distrito Federal por meio de legislação local a criação de Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer.

Considerando a diversidade de cenários a nível nacional cada unidade federativa deveria ter o seu próprio departamento penitenciário para atender às suas peculiaridades.

Em São Paulo essa atribuição cabe à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), órgão responsável pela coordenação e fiscalização de todo sistema penitenciário estadual.

### TJSP

«Não se vislumbra a inconstitucionalidade dos arts. 89, III, e 90 da Resolução SAP 144/2010, que estabeleceram, respectivamente, o prazo de 01 ano para a reabilitação da falta disciplinar de natureza grave, e a interrupção do prazo de reabilitação, em caso de reincidência, por se tratar de exercício de competência legislativa atribuída aos Estados pela CF/88, art. 24, I, em virtude da ausência de regulamentação específica sobre o tema.»

*Art. 74. O Departamento Penitenciário local, ou órgão similar, tem por finalidade supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais da Unidade da Federação a que pertencer.*

*Parágrafo único. Os órgãos referidos no caput deste artigo realizarão o acompanhamento de que trata o inciso VII do caput do art. 72 desta Lei e encaminharão ao Departamento Penitenciário Nacional os resultados obtidos. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018)*

## ATRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO LOCAL

Cabe ao Departamento Penitenciário ou equivalente de cada unidade da Federação a **supervisão e coordenação dos seus estabelecimentos penais**.

Também é de sua atribuição:

- Realizar o acompanhamento da execução das mulheres que obtiveram a progressão especial, seu monitoramento de sua reinserção social e a ocorrência de reincidência de qualquer espécie.

## SEÇÃO III

### Da Direção e do Pessoal dos Estabelecimentos Penais

*Art. 75. O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:*

- I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais;*
- II - possuir experiência administrativa na área;*

*III - ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.*

*Parágrafo único. O diretor deverá residir no estabelecimento, ou nas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.*

## **REQUISITOS DO DIRETOR DO ESTABELECIMENTO PENAL**

Para ocupar o cargo de Diretor, terá que possuir diploma de nível superior em Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia ou Serviços Sociais.

Também é exigido que possua experiência administrativa na área.

Além disso, deve possuir idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.

O diretor deverá residir no estabelecimento ou em suas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.